

VIDA E OBRA

Consultoria de Marilena de Souza Chauí



Fundador
VICTOR CIVITA
(1907 - 1990)



Editora Nova Cultural Ltda.
uma divisão do Círculo do Livro Ltda.

Copyright © desta edição 1997, Círculo do Livro Ltda.

Alameda Ministro Rocha Azevedo, 346 - 11º andar
CEP 01410-901 - São Paulo - SP

Títulos originais:

*Du Contract Social; Essai sur l'Origine des Langues;
Discours sur l'Origine et les Fondements de
l'Inégalité parmi les Hommes; Discours sur les Sciences et les Arts*

Tradução publicada sob licença da
Editora Globo S.A., São Paulo

Direitos exclusivos sobre "Rousseau - Vida e Obra",
Editora Nova Cultural Ltda.

Impressão e acabamento: Gráfica Círculo

ISBN 85-351-1000-3

NUMA TARDE do ano de 1749, um homem caminha pela estrada entre Paris e Vincennes. São treze quilômetros de terra batida, as árvores estão desfolhadas e distanciam-se muito umas das outras. Quase não há sombra alguma para suavizar o calor excessivo do verão, e o homem cansa-se fazendo o percurso a pé, pois não tem dinheiro para alugar um fiacre. É relativamente moço, com seus trinta e sete anos de idade, e procura apressar o passo para chegar mais cedo. Carrega consigo um exemplar do *Mercure de France* para distrair-se e lê ao acaso o que lhe cai sobre os olhos. Num desses momentos, tem a atenção despertada por uma notícia sobre o concurso da Academia de Dijon para o ano seguinte. Os interessados deveriam escrever sobre o tema: "Se o progresso das ciências e das artes contribuiu para corromper ou apurar os costumes".

A notícia deixa-o subitamente transtornado. Toma-se de um entusiasmo como jamais sentira e divisa um outro universo mental. Sente a cabeça tonta como se estivesse embriagado e o coração bate com violência, dificultando a respiração e o andar. Arroja-se debaixo da primeira árvore que oferece sombra e ali fica mais de meia hora em intensa agitação interior. Ao levantar-se, fica surpreso com a roupa toda molhada de lágrimas, sem ter sentido derramá-las. Imediatamente põe-se a tomar notas para responder à questão proposta e redige uma pequena dissertação.

Nascia, assim, a primeira de uma série de obras de pensamento em que a mesma carga emocional estaria sempre presente, compondo um conjunto de idéias radicadas profundamente na vida do autor e da qual não podem ser desligadas.

O DESPERTAR DA IMAGINAÇÃO

Chamava-se Jean-Jacques Rousseau e nascera em Genebra, a 28 de junho de 1712, filho de Isaac Rousseau, cujos antepassados protestantes provinham da região de Paris e de Sabóia e se refugiaram na cidade de Calvino, durante as guerras religiosas na França do século XVI. O primeiro desses antepassados chamava-se Didier e obtivera o direito de cidadania em Genebra no ano de 1555. Quase todos eram relojoeiros e alcançaram relativa fortuna, mas nunca chegaram a pertencer à aristocracia; enquadravam-se dentro dos limites da burguesia média.

Isaac Rousseau não fugia à regra, mas era um pouco mais pobre do que os demais parentes em virtude de ter que partilhar a herança com catorze irmãos. Casou-se com Suzanne Bernard, filha do pastor da localidade, e logo depois do nascimento do primeiro filho, partiu para Constantinopla a fim de tornar-se relojoeiro num harém. Deixou a esposa sozinha em Genebra e Suzanne, mulher de grande beleza e encantos espirituais, passou a ser assediada por outros homens. Era, contudo, uma mulher extremamente fiel e amava Isaac desde a meninice. Não suportando a separação e temendo as constantes investidas dos admiradores, implorou ao marido para que voltasse sem demora. Isaac não se fez esperar e abandonou o harém: dez meses depois, nasceu fraco e doentio o filho Jean-Jacques e Suzanne falecia do parto.

Durante muito tempo, pai e filho viveram do culto a Suzanne e os dois "devoraram" uma grande coleção de romances que ela deixara. Liam sem parar após a ceia e assim passavam a noite. Os romances esgotaram-se logo, deixando traços marcantes no caráter do menino: imaginação exacerbada e visão profundamente dramática das relações humanas. Quando Jean-Jacques tinha sete anos de idade e os livros da mãe se esgotaram, os dois passaram a ler a biblioteca do pai de Suzanne, onde encontraram outro tipo de obras: *História da Igreja e do Império*, de Le Suer; *Discurso Sobre a História Universal*, de Bossuet; *Homens Ilustres*, de Plutarco; *Metamorfoses*, de Ovídio; *Os Mundos*, de Fontenelle; e algumas peças de Molière.

O rumo dessa educação foi interrompido por um incidente cujas conseqüências tiveram influência decisiva na vida do menino. O pai era um homem instável e despreocupado e às vezes deixava-se tomar por reações violentas. Numa dessas ocasiões desentendeu-se com um certo capitão Gauthier e este, para vingar-se, acusou-o de desembainhar a espada dentro da cidade. Procurado para ser preso, Isaac, invocando a lei, exigiu que o acusador também fosse preso, até que a

questão viesse a julgamento. Não o conseguindo e afirmando que assim ficavam comprometidas a honra e a liberdade dos cidadãos, preferiu expatriar-se pelo resto da vida, não participando mais da vida do filho.

Jean-Jacques ficou sob a tutela do tio Bernard, que o enviou para Bossey a fim de estudar com o ministro Lamercier. Em Bossey, viveu os prazeres de estar em contato com a Natureza e ligou-se afetivamente ao primo Abraham, além de fazer amizade com a filha do ministro Lamercier.

A estada em Bossey estendeu-se até 1724, quando Jean-Jacques completava doze anos de idade. De volta a Genebra, passa dois ou três anos na casa de um tio, aprendendo desenho em companhia do primo. Sonha com ser ministro evangélico, achando bela a tarefa de pregar, mas os recursos econômicos deixados pela mãe não permitiam a continuação dos estudos nesse sentido, e o sentimento de inferioridade social começa a se fazer sentir como um dos fatores determinantes de seu caráter. Enamora-se da Srta. de Vulson, que tem o dobro da sua idade. Apaixona-se também pela Srta. Goton, que brincava de professora com ele. É enviado à casa do notário Masseron para aprender o ofício de moço de recados, mas não mostra nenhuma vocação para esse tipo de trabalho. O tabelião considera-o preguiçoso e idiota, e acaba dispensando seus serviços. Outra tentativa profissional não tem melhores resultados, quando vai aprender o ofício de gravador com um certo Sr. Docommun. Passa a maior parte do tempo a cunhar medalhas para os amigos, é acusado de fabricar dinheiro falso e degenera moralmente, tornando-se medroso, dissimulador e ladrão, roubando de tudo, menos dinheiro. Desanimado com a situação na oficina, volta aos prazeres da leitura, alugando livros de uma senhora chamada La Tribu. Em um ano esgota toda a sua biblioteca.

Além dos livros, Jean-Jacques encontra consolo nos passeios pelo campo. Isso, no entanto, só podia ser feito nos domingos e fora dos muros da cidade. Nessas ocasiões, esquecia-se completamente de voltar e acabava encontrando fechadas as portas da cidade. Num primeiro atraso, foi repreendido severamente pelo mestre; no segundo, os castigos corporais fizeram-se acompanhar de ameaças de que uma terceira vez não seria tolerada. O terceiro atraso aconteceu e com isso teve início outro período na vida de Jean-Jacques.

Na noite de 15 de março de 1728, dormiu na esplanada externa das portas da cidade, jurando partir para sempre quando raiasse o dia. Partia animado pelos mais belos sonhos. Livre e senhor de si mesmo acreditava poder fazer tudo o que quisesse. Entrava com a

maior segurança do mundo, onde julgava poder encontrar festins, tesouros, aventuras, amigos e amantes.

Mas nada ocorreu como esperava e Jean-Jacques logo sentiu as angústias da fome. Procurou então o cura de Confignon, Senhor de Pontverre, que se dedicava à tarefa de reconduzir ao seio da Igreja Romana os jovens calvinistas de Genebra. Jean-Jacques orienta logo a conversa nesse sentido, pois era uma maneira fácil de resolver problemas de subsistência, e o cura, pretendendo arrancar mais uma alma à heresia, sugeriu-lhe dirigir-se a Annecy: "Lá encontrareis uma senhora muito caritativa".

O PROTEGIDO DA SRA. DE WARENS

A Sra. de Warens não era uma velha devota como imaginara. Tinha 28 anos de idade, um belo rosto, olhos azuis plenos de doçura, cor de pele maravilhosa e um pescoço encantador. Jean-Jacques tornou-se imediatamente prosélito católico, pois, para ele, uma religião pregada por missionária tão encantadora não poderia deixar de conduzir ao paraíso. A Sra. de Warens quis conservá-lo junto a si, mas por prudência achou melhor enviá-lo a Turim, onde havia um asilo destinado a catecúmenos. Chamava-se Asilo do Espírito Santo e causou a pior impressão no jovem Jean-Jacques. Suportou, contudo, os aspectos negativos e representou o papel de catecúmeno porque não via como safar-se.

Foi declarado converso, fizeram-lhe uma coleta que rendeu vinte francos: estava livre para novas aventuras.

Os vinte francos acabaram logo e Jean-Jacques viu-se obrigado a procurar trabalho. Ofereceu seus conhecimentos como gravador à Sra. Basile, com a qual ficou pouco tempo, e depois trabalhou como secretário da condessa de Vercellis, da qual roubou uma fita cor-de-rosa, pondo a culpa na camareira. Com o falecimento da condessa, três meses depois, passou a ser empregado do conde de Gouvon. Enamorou-se da jovem nora do conde, e estudou latim com o filho do dono da casa, que era padre e o fez ler obras de Virgílio.

Ávido de aventuras, deixou a casa do conde de Gouvon, ao encontrar um velho conhecido de Genebra, chamado Bâcle, com o qual perambulou algum tempo até resolver voltar para a companhia da Sra. de Warens, como melhor forma de manter a subsistência. De novo em Annecy, ajuda a protetora em trabalhos de medicina e alquimia e principalmente lê muito: Puffendorf, Saint Evremond, a *Henriada* de Voltaire, Bayle, La Bruyère e La Rochefoucauld. Estuda música

e esforça-se por decifrar as cantatas de Clérambault, até que a Sra. de Warens resolve enviá-lo para um seminário, onde deveria melhorar os conhecimentos de latim. Mais importante, contudo, foram os estudos de música na casa do Sr. Le Maître, no inverno de 1729/30, que lhe permitiram ficar sabendo o suficiente para apresentar-se como professor de música. Com isso, conseguiu ganhar o sustento nos meses seguintes, quando, na ausência da Sra. de Warens, perambulou por Lausanne e Neuchâtel e chegou a visitar Paris, onde permaneceu pouco dias.

De volta à casa da Sra. de Warens, agora instalada em Chambéry, aí viveu vários anos, lendo muito e começando a escrever. Em 1740, tornou-se preceptor de dois filhos do Sr. de Mably e malogrou totalmente, mas não deixou de aproveitar a experiência, escrevendo um *Projeto de Educação de M. de Sainte-Marie* e acumulando conhecimentos para a futura grande obra pedagógica que seria o *Emílio*.

Dois anos depois, chega a Paris disposto a conquistar a cidade. Leva consigo um novo sistema de notação musical, uma ópera, uma comédia e uma coleção de poemas. Procura a fama e o sucesso, mas os resultados não são nada animadores: o sistema de notação musical é friamente recebido pela Academia de Ciências e por Rameau (1683-1764), e o bailado *As Musas Galantes*, que consegue fazer apresentar na ópera de Paris, atrai pouquíssima atenção. Não fosse isso suficiente, sofre a humilhação de não ser correspondido no amor pela Sra. Dupin, e um resumo que faz para uma ópera composta por Rameau e Voltaire (1694-1778) é apresentado em Versalhes sem que seu nome seja citado. Tem melhor sorte, entretanto, na amizade com o filósofo Condillac (1715-1780) e com Denis Diderot (1713-1784), que lhe encomenda artigos sobre música para a *Enciclopédia*.

Em 1745, liga-se a Thérèse Levasseur, com a qual teria cinco filhos, todos entregues a orfanatos, porque achava que não poderia cuidar deles sendo pobre e doente. O remorso por isso será seu companheiro para o resto da vida; para livrar-se dele preocupou-se sempre em encontrar justificativas.

A TEMPORADA NO ERMITAGE

Em 1749, Diderot publica sua *Carta Sobre os Cegos*, na qual expressa claramente posições ateístas. Por esse motivo foi preso durante três meses em Vincennes, onde Jean-Jacques visita o amigo quase todos os dias. Foi numa dessas tardes que entreviu o caminho a ser trilhado pelo seu pensamento inquieto, ao responder negativamente à questão

sobre se o progresso das ciências e das artes tinha contribuído para aprimorar os costumes.

No ano seguinte recebeu o primeiro prêmio nesse concurso e com ele veio também a fama, há tanto esperada, e sobretudo a possibilidade de ser ouvido por círculos mais amplos. Dois anos depois, um *intermezzo* operístico de sua autoria, *O Adivinho da Aldeia*, é levado à cena em Fontainebleau e lhe é oferecida uma pensão real, que orgulhosamente recusa. Publica a *Carta Sobre a Música Francesa*, na qual defende o estilo italiano; visita Genebra, onde retorna à fé protestante que abjurara e escreve dois discursos *Sobre a Origem da Desigualdade* e *Sobre a Economia Política*, o último por encomenda de Diderot para a *Enciclopédia*.

Em 1756, passa a morar no Ermitage, uma enorme casa em Montmorency, posta à sua disposição pela Sra. d'Épinay. Ali põe-se a escrever o romance epistolar *A Nova Heloísa*, obra bem típica de sua personalidade romântica. É a história de um homem que conhece o amor mais pela imaginação do que na realidade. Os cuidados exteriores de que cerca o trabalho não são menos significativos: usava o mais belo papel dourado, pó de ultramarino e de prata para secar a tinta e fita azul para costurar os cadernos. Ao mesmo tempo, apaixonou-se pela Sra. d'Houdot, briga com o amigo Diderot por achá-lo implicado em intrigas com a referida senhora e apresenta os primeiros sinais claros da mania de perseguição, que se torna cada vez mais doentia nos anos seguintes.

Em 1757, deixa o Ermitage e passa a viver em Montlouis, onde permanece durante cinco anos muito produtivos e felizes. Escreve a *Carta Sobre os Espetáculos*, em que critica um artigo de D'Alembert sobre Genebra, publicado na *Enciclopédia*, e opõe-se ao estabelecimento de um teatro na cidade natal. Completa *A Nova Heloísa* e redige as duas obras teóricas que marcarão toda a história da teoria política e da pedagogia: o *Emílio* e o *Contrato Social*.

O REFÚGIO JUNTO A HUME

Os dois livros, imediatamente depois da publicação em 1762, são considerados altamente ofensivos às autoridades e, assim, inicia-se o período mais negro da vida do autor. Os problemas agora não são mais com os amigos e as amantes, mas com as autoridades e a opinião pública. Ordena-se sua prisão, e Rousseau vê-se obrigado a deixar a França, refugiando-se em Neuchâtel, então sob domínio de Frederico II da Prússia. Passa a usar roupas armênias para disfarçar-se e escreve

a *Carta a Cristophe de Beaumont*, na qual ataca o arcebispo de Paris por ter condenado o *Emílio*. O mesmo sentido têm as *Cartas Escritas na Montanha*, réplica a J. B. Tronchin, que ordenara a queima do *Emílio* e do *Contrato Social*. Em 1764 prepara um inacabado *Projeto de Constituição para a Córsega*, a pedido de Matteo Buttafuoco.

Ainda em 1764, toma conhecimento de um panfleto anônimo que circula em Paris sob o título de *O Sentimento dos Cidadãos*, no qual é atacado como hipócrita, pai sem coração e amigo ingrato. O panfleto tinha sido escrito por Voltaire e feriu profundamente Rousseau. Pôs-se então a escrever as *Confissões*, onde, em quase mil páginas, procura explicar toda a sua vida e seu pensamento. Com isso, o livro tornou-se uma síntese completa do autor como homem, romancista, filósofo e educador.

Os infortúnios não pararam aí. Em 1765, atacado pelos protestantes de Neuchâtel, que chegam a jogar pedras em sua casa, abandona Môtiers e dirige-se para a ilha de Saint-Pierre, onde é impedido de ficar. Aceita a oferta de refúgio na Inglaterra, feita pelo filósofo David Hume (1711-1776). Chega a Londres e vai viver em Wootton. As relações com o amigo Hume, no entanto, seriam prejudicadas por uma carta que circulava em Paris. Endereçada a Rousseau e assinada por Frederico II (1712-1786) — na verdade escrita por Horace Walpole (1717-1797) —, criticava ironicamente sua conduta, e Rousseau supôs que Hume tivesse alguma coisa a ver com ela. Com delírios de perseguição, imaginava um vasto complô contra ele. A polêmica com Hume divertiu toda a Europa culta e, por fim, Rousseau acabou por deixar a Inglaterra.

De novo na França, publicou o *Dicionário de Música*, no qual trabalhava há anos. Deixa-se dominar outra vez por crises de pânico. Casa-se com Thérèse Levasseur e procura defender-se contra os imaginários conspiradores. Tenta justificar-se diante do mundo, lendo extratos das *Confissões* nos salões parisienses e escrevendo os *Diálogos e Rousseau, Juiz de Jean-Jacques*. A última obra técnica seria *Considerações Sobre o Governo da Polônia*, a pedido do conde Wielhorski, que desejava conselhos para reforma das instituições políticas de seu país.

Nos últimos dois anos de vida, os sintomas psicóticos diminuem de intensidade, e Rousseau pode escrever a mais serena e delicada de suas obras, *Devaneios de um Caminhante Solitário*, que contém descrições da natureza e dos sentimentos humanos feitas com admirável suavidade e beleza. Em 2 de julho de 1778, falece em Ermenonville e é enterrado na ilha dos Choupos. Refugia-se por fim na Natureza, a "mãe comum", em cujos braços buscou subtrair-se "aos ataques de seus filhos".

NATUREZA OU CIVILIZAÇÃO?

O chamado à Natureza e o "evitar os ataques de seus filhos" constituem os motivos fundamentais do pensamento de Rousseau e a fonte de sua contribuição original para a história da filosofia. Essa contribuição não compõe um conjunto sistemático, e a riqueza e variedade da obra, as freqüentes contradições, a repugnância pela sistematização conceitual e a permanente vinculação entre as idéias e os conflitos pessoais vividos pelo autor tornam extremamente difícil uma exposição sintética de sua obra. Contudo, é possível desenredar essa tela intrincada e trazer à tona alguns elementos estruturais privilegiados e certos temas dominantes: relações entre Natureza e sociedade, moral fundada na liberdade, primazia do sentimento sobre a razão, teoria da bondade natural do homem e doutrina do contrato social.

O primeiro desses elementos estruturais — raiz de toda a filosofia rousseauiana — encontra-se nos discursos *Sobre as Ciências e as Artes* e *Sobre as Origens da Desigualdade*. Neles Rousseau desenvolve a antítese fundamental entre a natureza do homem e os acréscimos da civilização. As obras posteriores levam às últimas conseqüências esse pensamento que, mais do que simples idéia abstrata, é um sentimento radical.

Em síntese, a civilização é vista por Rousseau como responsável pela degeneração das exigências morais profundas da natureza humana e sua substituição pela cultura intelectual. A uniformidade artificial de comportamento, imposta pela sociedade às pessoas, leva-as a ignorar os deveres humanos e as necessidades naturais. Assim como a polidez e as demais regras da etiqueta podem esconder o mais vil e impiedoso egoísmo, as ciências e as artes, com todo seu brilho exterior, freqüentemente seriam somente máscaras da vaidade e do orgulho.

A vida do homem primitivo, ao contrário, seria feliz porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas. Ele é amplamente auto-suficiente porque constrói sua existência no isolamento das florestas, satisfaz as necessidades de alimentação e sexo sem maiores dificuldades, e não é atingido pela angústia diante da doença e da morte. As necessidades impostas pelo sentimento de autopreservação — presente em todos os momentos da vida primitiva e que impele o homem selvagem a ações agressivas — são contrabalançadas pelo inato sentimento de piedade que o impede de fazer mal aos outros desnecessariamente. Desde suas origens, o homem natural, segundo Rousseau, é dotado de livre-arbítrio e sentido de perfeição, mas o desenvolvimento pleno desses sentimentos só ocorre quando estabelecidas

as primeiras comunidades locais, baseadas sobretudo no grupo familiar. Nesse período da evolução, o homem vive a idade de ouro, a meio caminho entre a brutalidade das etapas anteriores e a corrupção das sociedades civilizadas. Esta começa no momento em que surge a propriedade privada.

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras de Rousseau, foram vistas por muitos intérpretes como expressão de um desejo de retorno à animalidade. Alguns o aproximaram dos cínicos gregos, especialmente de Diógenes (capítulo 413-327 a.C.), que admirava os animais e celebrava os rituais antropofágicos da mitologia. Voltaire, entre outros, fez essa aproximação, certamente com ironia, ao dizer do autor do *Contrato Social* que "ninguém jamais pôs tanto engenho em querer nos converter em animais" e que ler Rousseau faz nascer "desejos de caminhar em quatro patas". Tal interpretação é sem dúvida incorreta e deve ser entendida apenas como expressão do sarcasmo voltairiano. O que Rousseau sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, porém sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado. A dignidade da natureza humana em face do animal é constantemente expressada pelo autor do *Emílio*: "Que ser aqui embaixo, exceto o homem, sabe observar os outros, medir, calcular, prever seus movimentos, seus efeitos, e unir, por assim dizer, o sentimento da existência comum ao de sua existência individual?... Mostrem-me outro animal sobre a terra que saiba fazer uso do fogo e admirar o Sol... Eu posso observar, conhecer os seres e suas relações, posso sentir o que é a ordem, a beleza, a virtude; posso contemplar o Universo e elevar-me até a mão que governa; posso amar o bem e fazê-lo; e me comparar com os animais?... Que coisa maior poderia eleger do que ser homem?"

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da Natureza, ele adquire outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda de consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras

convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos e na atividade criadora do espírito livre de pressões.

A INTERIORIDADE DESVENDADA PELO SENTIMENTO

O retorno à pureza da consciência natural é o dever fundamental de todo homem, segundo Rousseau. Com isso, ele retoma, de certa forma, o "conhece-te a ti mesmo" socrático. Em Sócrates, no entanto, a análise da consciência tem significado completamente diverso, inserindo-se em outro quadro de referência. Diante dos filósofos anteriores que se preocupavam em descobrir a constituição fundamental do mundo da matéria, Sócrates reivindicou como centro do pensar filosófico o próprio homem e os valores que orientam sua conduta. Mas a diferença maior entre Sócrates e Rousseau não reside nisso, mas no fato de que o "conhece-te a ti mesmo" socrático é tarefa intelectual a cargo da razão, e Rousseau, ao contrário, vê no intelecto uma faculdade que conduz o homem para fora de si mesmo. Rousseau aponta o sentimento, essa "outra faculdade infinitamente mais sublime", como o verdadeiro caminho para a penetração na essência da interioridade.

O sentimento como instrumento de penetração na essência da interioridade é outro dos elementos estruturais do pensamento de Rousseau. Núcleo central de todo pensar filosófico, constituiria a chave com que se pode compreender toda a Natureza e alcançar misticamente o próprio infinito. Deixar de lado as convenções da razão civilizada. E imergir no fundo da Natureza através do sentimento significa elevar-se da superfície da terra até a totalidade dos "seres, ao sistema universal das coisas, ao ser incompreensível que a tudo engloba". Perdido o espírito nessa imensidão, o indivíduo não pensa, não raciocina, não filosofa, mas sente com voluptuosidade, abandona-se ao arrebatamento, perde-se com a imaginação no espaço e lança-se ao infinito. **Uma imersão mística no infinito da Natureza equivale a penetrar na própria interioridade, alcançar a consciência da liberdade e atingir o sentimento íntimo da vida, com o qual o homem teria consciência de**

sua unidade com os semelhantes e com a universalidade dos seres. No relacionamento místico com a Natureza, segundo Rousseau, não se desfruta nada externo ao próprio indivíduo e sua existência; durante o lapso de tempo em que ocorre a relação, o homem basta-se a si mesmo, como se fosse Deus.

A idéia de que o sentimento místico da Natureza não pode ser separado do sentimento de interioridade pessoal constitui aquilo que se costuma chamar o espírito "romântico" de Rousseau. Vendo a Natureza como fonte da felicidade humana, relevando ao máximo a carga mística de sua vivência e formulando a concepção de que ela só pode ser compreendida pelo sentimento e não pela razão, Rousseau desempenhou papel original dentro da filosofia do século XVIII. Os contemporâneos enciclopedistas, tanto quanto ele, também fizeram da Natureza o ponto central de suas teorias. Continuando o movimento do método indutivo de Bacon (1561-1626), da metodologia experimental-matemática de Galileu (1564-1642), da física de Newton (1642-1727) e do empirismo de John Locke (1632-1704), os enciclopedistas do século XVIII tomavam a Natureza como fonte de conhecimentos e faziam dela critério de julgamento de idéias e instituições, além de arma de luta contra a tradição escolástica. A Natureza, no entanto, é concebida por eles essencialmente como matéria e movimento mecânico, inteiramente exterior ao sujeito humano. Holbach (1723-1789) e Helvetius (1715-1771), por exemplo, objetivam o sujeito cognoscente e reduzem o espírito à Natureza e a interioridade à exterioridade. Para Rousseau, ao contrário, a Natureza palpita dentro de cada ser humano, como íntimo sentimento de vida. Tomou partido contra os "filósofos" e jamais quis ser chamado assim: "Vi muitas pessoas que filosofavam muito mais doutamente do que eu; mas sua filosofia parecia, por assim dizer, estranha... Estudavam o universo como teriam estudado qualquer máquina que tivessem visto por curiosidade. Estudavam a natureza humana para poder falar sabiamente dela, não para conhecerem-se a si mesmos".

A PEDAGOGIA DO EMÍLIO

Rousseau desloca, assim, duplamente o centro de gravidade da reflexão filosófica. Em primeiro lugar, não é razão mas o sentimento o verdadeiro instrumento de conhecimento; em segundo lugar, não é o mundo exterior o objeto a ser visado mas o mundo humano. Ambos os aspectos vinculam-se intimamente e implicam a passagem da atitude teórica para o plano da valorização moral. Dessa forma, o traço mais significativo do pensamento de Jean-Jacques Rousseau passa a

residir nos caminhos práticos que ele procurou apontar para o homem alcançar a felicidade, tanto no que se refere ao indivíduo quanto no que se relaciona à sociedade. No primeiro caso, formulou uma pedagogia, que se encontra no *Emílio*; no segundo, teorizou sobre o problema político e escreveu o *Contrato Social*, além de outras obras menores.

O *Emílio* é um ensaio pedagógico sob forma de romance e nele Rousseau procura traçar as linhas gerais que deveriam ser seguidas com o objetivo de fazer da criança um adulto bom. Mais exatamente, trata dos princípios para evitar que a criança se torne má, já que o pressuposto básico do autor é a crença na bondade natural do homem. Outro pressuposto de seu pensamento consiste em atribuir à civilização a responsabilidade pela origem do mal. Conseqüentemente, os objetos da educação, para Rousseau, comportam dois aspectos: o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais.

A educação deve ser progressiva, de tal forma que cada estágio do processo pedagógico seja adaptado às necessidades individuais do desenvolvimento. A primeira etapa deve ser inteiramente dedicada ao aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos, pois as necessidades iniciais da criança são principalmente físicas. Incapaz de abstrações, o educando deve ser orientado no sentido do conhecimento do mundo através do contato com as próprias coisas; os livros só podem fazer mal, com exceção do *Robinson Crusoe*, que relata as experiências de um homem livre, em contato com a Natureza.

Liberta da tirania das opiniões humanas, a criança, por si mesma e sem nenhum esforço especial, identifica-se com as necessidades de sua vida imediata e torna-se auto-suficiente. Vivendo fora do tempo, nada precisando das coisas artificiais e não encontrando nenhuma desproporção entre desejo e capacidade, vontade e poder, sua existência vê-se livre de toda ansiedade com relação ao futuro e não é atormentada pelas preocupações que fazem o homem adulto civilizado viver fora de si mesmo.

É necessário, contudo, prepará-la para o futuro. Isso porque ela tem uma enorme potencialidade, não aproveitada imediatamente. A tarefa do educador consiste em reter pura e intata essa energia até o momento propício. Nesse sentido é particularmente importante evitar a excitação precoce da imaginação, porque esta pode tornar-se uma fonte de infelicidade futura. Outros cuidados devem ser tomados com o mesmo objetivo e todos eles podem ser alcançados ensinando-se a lição da utilidade das coisas, ou seja, desenvolvendo-se as faculdades da criança apenas naquilo que possa depois ser-lhe útil.

Até aqui, o processo educativo preconizado por Rousseau é negativo, limitando-se àquilo que não deve ser feito. A educação positiva deve iniciar-se quando a criança adquire consciência de suas relações com os semelhantes. Passa-se, assim, do terreno da pedagogia propriamente dita aos domínios da teoria da sociedade e da organização política.

O SUPREMO BEM: A LIBERDADE

Em todas as obras de Rousseau, os processos educativos, tanto quanto as relações sociais, são sempre encarados do ponto de vista centralizado na noção de liberdade, entendida por ele como direito e dever ao mesmo tempo: "...todos nascem homens e livres"; a liberdade lhes pertence e renunciar a ela é renunciar à própria qualidade de homem. Ao reformular tal princípio e dar-lhe o papel fundamental na moral e na política, Rousseau elevou-se muito acima dos contemporâneos e dos precursores. Ninguém como ele afirmou o princípio da liberdade como direito inalienável e exigência essencial da própria natureza espiritual do homem.

Com isso, levou às últimas conseqüências a linha de pensamento iniciada pelo humanismo renascentista e sobretudo pela reforma protestante. Esta última, especialmente, expressava as necessidades e aspirações das coletividades que reivindicavam o valor da intimidade e os direitos da consciência religiosa de cada um, em face do princípio católico da autoridade. Essa corrente de idéias desenvolveu-se depois com as teorias do direito natural do século XVII e principalmente com Espinosa (1632-1677) e John Locke, que renunciavam Rousseau. O caminho que será trilhado pelo autor do *Contrato Social* é anunciado por Locke ao formular a teoria do estado da natureza como condição da liberdade e da igualdade e com a afirmação da pessoa humana como sujeito de todo direito e, portanto, fonte e norma de toda lei. Contudo, Locke admite a perda da liberdade quando afirma que "o homem, por ser livre por natureza, ... não pode ser privado dessa condição e submetido ao poder de outro *sem o próprio consentimento*". O princípio da liberdade torna-se, assim, apenas uma questão de fato e deixa de ter o valor humanista e a força renovadora da vida social que lhe foram dados por Rousseau.

Com ele, o princípio da liberdade constitui-se como norma, e não como fato; como imperativo, e não como comprovação. Não é apenas uma negação de impedimentos, mas afirmação de um dever de realização das aptidões espirituais. Na consciência da liberdade revela-se a espiritualidade da alma humana; por isso é a exigência

ética fundamental, e renunciar a ela é renunciar à própria qualidade de homem e "aos direitos da humanidade".

Ao fazer tal afirmação, Rousseau distancia-se de todo individualismo, pois este supõe uma antítese entre cada um e a coletividade e estabelece o valor do indivíduo enquanto indivíduo e não enquanto homem. Rousseau, ao contrário, reivindica a consciência da dignidade do homem em geral e ilumina o valor universal da personalidade humana, cuja consciência moral não se traduz no sentimento particularista do amor-próprio, mas na universalidade do amor de si. No pensamento de Rousseau o amor de si, constituindo a interioridade por excelência e a força expansiva da alma que identifica o indivíduo com seus semelhantes, é a ponte que liga o eu individual ao eu comum, a vontade particular à vontade geral. Assim é que todos os cidadãos "poderão chegar a identificar-se, por fim, com o Todo maior, sentir-se membros da pátria, amá-la com esse sentimento delicado que todo homem separado só tem para si mesmo".

A realização concreta do eu comum e da vontade geral implicam necessariamente um contrato social, ou seja, uma livre associação de seres humanos inteligentes, que deliberadamente resolvem formar um certo tipo de sociedade, à qual passam a prestar obediência. O contrato social seria, assim, a única base legítima para uma comunidade que deseja viver de acordo com os pressupostos da liberdade humana.

É necessário, contudo, resolver o problema de encontrar uma forma de associação que continue a respeitar essa mesma liberdade que lhe dá origem. Muito embora o homem seja naturalmente bom, ele é constantemente ameaçado por forças que não só o alienam de si mesmo como podem transformá-lo em tirano ou escravo. Rousseau procura uma forma de associação na qual "cada um unindo-se a todos obedece, porém, apenas a si mesmo e permanece livre" como antes de estabelecer o contrato. Cada um por si mesmo, dando-se para todos, não se dá a ninguém. As possibilidades de desigualdade e injustiça entre os cidadãos são evitadas mediante a "total alienação de cada associado, com todos os seus direitos, em benefício da comunidade". Não sendo total essa alienação, o indivíduo ficará exposto à dominação pelos outros. Em caso contrário, o cidadão não obedece a interesses de apenas um setor do conjunto social, mas à vontade geral, que é "uma força real, superior à ação de qualquer vontade particular". Essa obediência jamais suscita apreensão, pois a vontade geral, segundo Rousseau, é sempre dirigida para o bem comum.

A alienação total ao Estado envolve igualdade ainda noutro sentido, na medida em que a vontade geral não é autoridade externa

obedecida pelo indivíduo a despeito de si mesmo, mas corporificação objetiva de sua própria natureza moral. Aceitando a autoridade da vontade geral, o cidadão não só passa a pertencer a um corpo moral coletivo, como adquire liberdade obedecendo a uma lei que prescreve para si mesmo. É por intermédio da lei apetitiva para seguir os ditames da razão e da consciência. A submissão à vontade geral, possuidora de "inflexibilidade que nenhuma força humana pode superar", conduz a uma liberdade que "resguarda o homem do vício" e a uma moralidade que "o eleva até a virtude". O indivíduo é, assim, investido de uma outra espécie de bondade, aquela virtude genuína do homem, que não é um ser isolado mas parte de um grande todo. Liberto dos estreitos limites de seu próprio ser individual, encontra plenitude numa verdadeira experiência social de fraternidade e igualdade, junto a cidadãos que aceitam o mesmo ideal.

A concepção rousseauiana do direito político é, portanto, essencialmente democrática, na medida em que faz depender toda autoridade e toda soberania de sua vinculação com o povo em sua totalidade. Além disso, a soberania é inalienável e indivisível e, como base da própria liberdade, é algo a que o povo não pode renunciar ou partilhar com os outros, sob pena de perda da dignidade humana. A soberania pode, contudo, ser delegada em suas funções executivas, segundo formas diversas; nascem, assim, os governos monárquicos, aristocráticos e republicanos, cada um devendo corresponder a circunstâncias históricas e geográficas específicas.

Para Rousseau, a lei, como ato da vontade geral e expressão da soberania, é de vital importância, pois determina todo o destino do Estado. Assim os legisladores têm relevante papel no *Contrato Social*, sendo investidos de qualidades quase divinas. É deles que o cidadão "recebe, de certa forma, sua vida e seu ser" e transforma-se superando a existência independente, que usufrui no estado natural, e penetrando na vida moral como um ser comunitário. Esse novo modo de existência não lhe é imposto de fora, mas resulta de uma vontade proveniente do fundo de seu ser interior. Os legisladores devem, assim, assemelhar-se aos deuses, mas perseguindo sempre o objetivo de servir às necessidades essenciais da natureza humana.

Nos últimos capítulos do *Contrato Social*, Rousseau acrescenta um conjunto de sanções rigorosas que acreditava serem necessárias para a manutenção da estabilidade política do Estado por ele preconizado. Propõe a introdução de uma espécie de religião civil, ou profissão de fé cívica, a ser obedecida pelos cidadãos que, depois de aceitarem-na, deveriam segui-la sob pena de morte. Nisso se viu algo de

extremamente chocante, mas é preciso não esquecer que Rousseau jamais foi um liberal no sentido político do termo. Ele não acredita na possibilidade de qualquer rígida separação entre o indivíduo e o Estado — como queriam os teóricos liberais — e acha inconcebível o desenvolvimento da plena vida moral sem ativa participação do indivíduo no corpo inteiro da sociedade; por outro lado, estabelece que a unidade e permanência do Estado depende da integridade moral e da lealdade indivisível de cada cidadão. A profissão de fé cívica formulada por Rousseau reduz-se a alguns poucos dogmas simples que todo ser racional e moral deveria aceitar: crença num ser supremo, vida futura, felicidade dos justos, punição dos culpados. A esses dogmas positivos deve-se acrescentar apenas um negativo: a rejeição de todas as formas de intolerância.

A HERANÇA DE ROUSSEAU

Jean-Jacques Rousseau não terá sido um filósofo no sentido mais estrito do termo. Seu forte não era o encadeamento lógico das idéias nem a fundamentação rigorosamente racional dos princípios que formulou, nem a penetração analítica dos problemas. Seu pensamento procede antes pela expressão de intuições resultantes da paixão permanente com que viveu todos os problemas da existência mais comum, como também os da cultura no nível superior das idéias. Mas soube como poucos expressar essas intuições e defendê-las apaixonadamente. As idéias correspondentes a essas intuições não são conceitos abstratos mas realidades vividas intensamente e valores morais imersos na mais nervosa sensibilidade. Opor-se aos filósofos não foi para ele apenas assunto teórico, mas questão de honra pessoal.

Toda essa carga emocional e a capacidade de expressão estética que possuía deram força incomum ao seu pensamento e fizeram dele um marco revolucionário dentro da história da cultura. Sua influência estendeu-se aos mais diversos campos. Os princípios de liberdade e igualdade política, formulados por ele, constituíram as coordenadas teóricas dos setores mais radicais da Revolução Francesa (Robespierre era seu fervoroso seguidor) e inspiraram sua segunda fase, quando foram destruídos os restos da monarquia e foi instalado o regime republicano, colocando-se de lado os ideais do liberalismo de Voltaire e Montesquieu (1689-1755). As teorias políticas do idealismo alemão do século XIX — que glorificaram o Estado como Deus na história — também devem a Rousseau, quando passam de sua doutrina de que o Estado é legalmente onipotente para a exaltação absolutista do mes-

mo. Isso, apesar de Rousseau ter afirmado claramente que a maioria deveria ser limitada por restrições morais, e insistido no direito do povo de derrubar o governo quando este deixasse de ser expressão da vontade geral.

Por outro lado, a valorização rousseauiana do mundo dos sentimentos, em detrimento da razão intelectual, e da natureza mais profunda do homem, em contraposição ao artificialismo da vida civilizada, encontra-se precisamente na base do amplo movimento romântico que caracterizou a primeira metade do século XIX e permanece vigorando até os dias de hoje, como uma das formas básicas de sentir e pensar o mundo.

CRONOLOGIA

- 1712 — *Jean-Jacques Rousseau nasce em Genebra, no dia 28 de junho.*
- 1719 — *É publicado o Robinson Crusóe de Daniel Defoe, que expressa um dos traços fundamentais do pensamento de Rousseau.*
- 1722 — *Rousseau passa a estudar na casa do ministro Lambercier, em Bossey. Rameau publica o Tratado de Harmonia e Bach compõe o Cravo Bem Temperado.*
- 1728 — *Rousseau foge de Genebra, encontra a Sra. de Warens e converte-se ao catolicismo em Turim.*
- 1740 — *Torna-se preceptor, mas não consegue bons resultados como pedagogo. Rochardson publica o romance Pamela e Satã.*
- 1742 — *Rousseau chega a Paris, em busca de sucesso. D'Alembert redige o Tratado de Dinâmica.*
- 1745 — *Rousseau liga-se a Thérèse Levasseur, com a qual passará toda a vida e terá cinco filhos.*
- 1749 — *Rousseau redige o Discurso Sobre as Ciências e as Artes.*
- 1752 — *O "intermezzo" operístico de Rousseau, O Adivinho da Aldeia, é encenado em Fontainebleau. A Enciclopédia, dirigida por Diderot, é condenada pela primeira vez.*
- 1754 — *Rousseau visita Genebra e volta ao protestantismo. O filósofo Condillac publica o Tratado Sobre as Sensações.*
- 1755 — *Rousseau publica os discursos Sobre a Origem da Desigualdade e Sobre a Economia Política.*
- 1756 — *Passa a morar no Ermitage e começa a escrever o romance A Nova Heloísa.*
- 1757 — *Escreve o Emílio e o Contrato Social. A mania de perseguição começa a apresentar os primeiros sintomas.*
- 1762 — *O Contrato Social e o Emílio são condenados pelas autoridades, e Rousseau é perseguido, refugiando-se em Neuchâtel.*

- 1764 — *Redige um Projeto de Constituição para a Córsega e as Confissões.*
- 1765 — *É obrigado a deixar Neuchâtel e refugia-se na Inglaterra, junto a David Hume; desconfia do amigo e sente-se cada vez mais alvo de conspirações.*
- 1767 — *Volta à França, casa-se com Thérèse Levasseur e publica o Dicionário de Música.*
- 1771 — *Escreve as Considerações Sobre o Governo da Polônia. Para justificar-se de ataques, alguns reais, outros imaginários, compõe os Diálogos — Rousseau, Juiz de Jean-Jacques.*
- 1776 — *Escreve os Devaneios de um Caminhante Solitário.*
- 1778 — *Falece em 2 de julho e é enterrado na ilha dos Choupos, em Ermenonville. Durante a Revolução Francesa, seus restos mortais serão colocados no Panteão.*

BIBLIOGRAFIA

- MASSON, P. A.: *La Religion de J.-J. Rousseau*, 3 volumes, Paris, 1916.
- SCHINZ, ALBERT: *La Pensée Religieuse de J.-J. Rousseau et ses Récents Interprètes*, Paris, 1927.
- SCHINZ, ALBERT: *La Pensée de J.-J. Rousseau*, Alcan, Paris, 1929.
- SCHINZ, ALBERT: *État Présent des Travaux sur J.-J. Rousseau*, Nova York e Paris, 1941.
- WRIGHT, E. H.: *The Meaning of Rousseau*, Oxford, 1929.
- HÖFFDING, HARALD: *J.-J. Rousseau and his Philosophy*, 1930.
- HENDEL, C. W.: *J.-J. Rousseau, Moraliste*, 2 volumes, Nova York e Oxford, 1934.
- GUÉHENO, JEAN: *Jean-Jacques*, 3 volumes, Bernard Grasset, Paris, 1948/52. (Em 1962 foi publicada nova edição com o subtítulo *Histoire d'une Conscience*.)
- DERATHÉ, ROBERT: *Le Rationalisme de J.-J. Rousseau*, Presses Universitaires de France, Paris, 1948.
- DERATHÉ, ROBERT: *J.-J. Rousseau et la Science Politique de son Temps*. P. U. F., Paris, 1950.
- MORNET, DANIEL: *Rousseau, L'Homme et L'Oeuvre*, Paris, 1950.
- BURGELIN, PIERRE: *La Philosophie de l'Existence de J.-J. Rousseau*, P. U. F., Paris, 1952.
- CASSIRER, ERNST: *The Question of J.-J. Rousseau* (original alemão), Nova York, 1954.
- STAROBINSKI, JEAN: *J.-J. Rousseau, la Transparence et l'Obstacle*, Paris, 1957.
- MONDOLFO, RODOLFO: *Rousseau y la Consciencia Moderna* (original italiano), Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.
- PRADO JR., BENTO: *Lecture de Rousseau*, em *Discurso* n° 3, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1972.